

## O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação

The dictator and journalism: a study on citizen journalism and the role of media in low freedom of information

### Luciane Fassarella Agnez

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília – UnB; mestre em Estudos da Mídia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

#### Resumo

A morte do ditador líbio Muammar Kadafi, em outubro de 2011, motivou as reflexões deste artigo. Após mais de oito meses de revoltas na região, vídeos que circularam pela internet anunciaram sua captura e seu assassinato para todo o mundo. O jornalismo – das grandes agências internacionais aos canais de televisão brasileiros – se apropriou do material para a ampla cobertura do fato. As questões são aqui apresentadas em duas vertentes: (a) seria o jornalismo cidadão uma alternativa, suplantando a imprensa tradicional, especialmente no caso do jornalismo internacional, considerando-se áreas de conflito e de baixa liberdade de informação? (b) como garantir a autenticidade dos fatos e manter princípios deontológicos da prática jornalística?

**Palavras-chave:** jornalismo cidadão; deontologia; redes sociais.

#### Abstract

The death of Libyan dictator Muammar Qaddafi, in October 2011, motivates the reflections of this article. After more than eight months of conflicts in the region, videos circulated on the Internet announced his capture and murder. Journalism – from the big international agencies to Brazilian television channels – has appropriated the material for the coverage of the event. The questions are presented here in two ways: a) Citizen journalism would be an alternative, supplanting the traditional press, especially in the case of international journalism, considering conflict areas and low freedom of information? b) How to ensure the authenticity of the facts and maintain ethical principles of journalistic practice?

**Keywords:** citizen journalism; ethics; social networks.

## O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação

### 1. Introdução

Muammar Kadafi liderou a Líbia durante 42 anos, até ter seu governo contestado a partir de revoltas originadas no país durante a Primavera Árabe, que começaram em fevereiro de 2011. Após dois meses foragido, foi capturado e morto em sua cidade natal, Sirte, no dia 20 de outubro do mesmo ano. Neste mesmo dia, antes da confirmação oficial da sua morte, diversos vídeos começaram a circular pela internet com um suposto corpo que seria de Kadafi. O canal de TV *Al-Jazeera*<sup>1</sup> divulgou, então, um vídeo com o ditador muito ferido, mas ainda vivo, sendo arrastado por homens armados. Em seguida, foi exibida pela rede uma filmagem da parte superior de seu corpo, ferido por uma bala na cabeça. Na cena, combatentes celebravam a sua captura. Posteriormente, diversos vídeos circularam pelas redes sociais, mostrando milicianos comemorando em volta do corpo do líder deposto, aparentemente já sem vida.

A confirmação oficial de sua morte veio horas depois da circulação dessas imagens. Os combatentes enviaram um comunicado à Casa Branca americana e as agências internacionais de notícias confirmaram a informação. No dia seguinte, em outro vídeo<sup>2</sup> publicado no *YouTube*, um jovem afirmava ter sido o responsável pela morte de Kadafi, exibindo um casaco e uma aliança que teriam sido retirados do corpo do ditador. Na mesma sexta-feira, na rede social *Facebook*, circularam novas imagens<sup>3</sup> que mostravam Kadafi subindo à força uma colina em direção aos veículos dos milicianos após a captura. Os jovens gritavam “Muammar, seu cachorro!” e batiam nele, enquanto o ex-líder tentava limpar o sangue que escorria de sua cabeça. Com gestos, Kadafi pedia clemência.

O correspondente de *O Estado de S. Paulo*, Andrei Netto, também teve acesso, no dia 21 de outubro, a um vídeo<sup>4</sup>

produzido por opositores do regime de Kadafi, no qual pessoas dançavam, cantavam e comemoravam ao lado do corpo do ditador e do seu filho Mutassim, morto na mesma ocasião. Já no dia 24 de outubro, a *BBC* divulgou outra filmagem<sup>5</sup>, também mostrando um grupo de combatentes comemorando a morte de Kadafi. Os milicianos faziam parte de um comboio que conduzia a ambulância na qual estava o corpo, e um deles apontou quem teria matado o ex-líder e pediu que ele expusesse sua arma para as câmeras.

Partindo de um estudo de caso da morte de Muammar Kadafi, sob o aspecto midiático, este estudo tem por objetivo refletir a atuação do chamado jornalismo cidadão enquanto alternativa à imprensa tradicional, especialmente no caso do jornalismo internacional, considerando-se áreas de conflito e de baixa liberdade de informação. Paralelo a isso, pretende-se problematizar questões deontológicas que envolvem a prática jornalística e o aproveitamento de conteúdos produzidos por cidadãos. A metodologia abrangerá uma revisão bibliográfica sobre a conceituação desse jornalismo “feito por todos” e a legitimação do discurso do jornalista enquanto, ainda, um mediador qualificado. Materiais extraídos da internet, de redes sociais e relatos jornalísticos auxiliarão na contextualização e apresentação dos casos analisados. Por fim, algumas hipóteses de estudos serão levantadas.

### 2. O cidadão e qual jornalismo?

Na mediação exercida pelos meios de comunicação de massa, o papel de filtro ou de ponte entre a informação produzida e o público vinha sendo exercido quase que exclusivamente pelos profissionais de imprensa. O sociólogo Pierre Bourdieu (1997) criticou o monopólio que os jornalistas exerciam sobre os instrumentos de produção e distribuição em grande escala da informação, apontando que essa seria a sua (dos jornalistas) fundamental importância no mundo social. Eles também monopolizam o acesso, tanto do cidadão comum quanto dos produtores culturais, artistas, cientistas e escritores ao “espaço público”, “[...] eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à **notoriedade pública**” (BOURDIEU, 1997: 66; grifouse). Hoje, com as mídias digitais, começa-se a assistir a uma quebra da rigidez dessa fonte emissora.

Não se trata de uma substituição dos meios tradicionais de comunicação pelas novas tecnologias. Aliás, Lemos (1997)

<sup>1</sup> “Al Jazeera” mostra imagens do corpo de Kadafi. *YouTube*, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eV3RDmaHrAQ&skipcontrinter=1>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

<sup>2</sup> Raw, Libya, Rebel claiming to have been the one that executed Gaddafi (taking his shirt and ring). *YouTube*, 21 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hbWZQjEB1D8>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

<sup>3</sup> Novo vídeo momento da captura de Kadafi aparentemente lúcido. *YouTube*, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VI2qUaUBM-s>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

<sup>4</sup> Vídeo exclusivo mostra opositores celebrando ao lado de corpo de Kadafi. *Estadão On-line*, 21 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-global/assista-video-exclusivo-mostra-opositores-celebrando-ao-lado-de-corpo-de-kadafi/>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

<sup>5</sup> Vídeo traz imagem de suposto soldado que teria matado Kadafi. *iG*, 24 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/video-traz-imagem-de-suposto-soldado-que-teria-matado-kadafi/n1597315458270.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

**O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação**

reforçou que as mídias digitais agem em duas frentes: ampliando a capacidade dos meios tradicionais (como satélites, cabos, fibras ópticas) ou criando novas tecnologias, tais como computadores, videotextos, celulares, TV digital etc. Os novos meios são resultado de convergências que transformam as antigas tecnologias por meio de revisões, invenções ou junções. “Se os *media* clássicos não vão desaparecer, é certo, ao menos, que muita coisa vai mudar no conteúdo e na forma de consumirmos as informações” (LE-MOS, 1997). O autor em tela também reforçou que o modelo de transmissão e circulação da informação provoca alterações do formato “um-todos”, dos meios de comunicação de massa, em oposição ao “todos-todos”, reconhecido pela descentralização do polo de emissão.

Os novos *media* permitem a comunicação individualizada, personalizada e bidirecional, em tempo real. Isto vem causando mudanças estruturais na produção e distribuição da informação, tanto em jornais, televisão, rádios e revistas além do setor de entretenimento como o cinema e a música. A tecnologia digital proporciona, assim, uma dupla ruptura: no modo de conceber a informação (produção por processos microeletrônicos) e no modo de difundir as informações (modelo Todos-Todos). Alguns autores chegam mesmo a falar de um domínio dos meios de produção pelo público (LE-MOS, 2002: 84-85).

O consumo da informação nesse novo cenário começa a transcender a compreensão dos modelos comunicacionais tradicionais, quando participar do processo comunicativo era apenas ter acesso às informações e, no máximo, selecioná-las de acordo com as suas convicções e seu repertório. Mas agora, com a ampliação e a diversificação das fontes de informação, além da capacidade interativa das novas mídias, essa relação se modifica. Os papéis de produtor e consumidor de informação estão se tornando cada vez mais híbridos, pois os agentes passam a atuar de maneira dupla no processo. A própria forma de consumo da informação está mais flexível e individualizada. Com o hipertexto e as hipermídias, a linearidade da narrativa das mídias convencionais é suplantada e o público adquire a possibilidade de construir sua própria sequência textual, de acordo com as suas preferências, na ordem e no momento que deseje.

Traquina (2004) observou que as inovações tecnológicas, em particular a internet, marcam as práticas jornalísticas no que se refere à velocidade e aos processos de produção, transpondo as barreiras do tempo e do espaço, globalizando notícias e audiências, oferecendo novas possibilidades ao próprio jornalismo, mas também o transformando cada vez mais numa “arena de disputa” na sociedade. Com a diversificação de fontes emissoras, o fluxo livre e caótico de informação, coloca-se em xeque a atuação do profissional de imprensa, as empresas de mídia e a própria definição do que é notícia

na contemporaneidade. Sodré (2009) afirmou que se está diante de uma nova lógica, quando se desloca para o receptor grande parte do poder de pautar os acontecimentos e se questiona se ainda cabe aos profissionais de imprensa o controle do discurso informativo. Ele ressaltou que na rede não basta uma boa escrita ou rigor na apuração dos fatos; mais que isso, é preciso estabelecer uma “comunidade discursiva”, de acordo com os interesses dos leitores.

[...] em meio à crise evidente das formas tradicionais de jornalismo diante da circulação de informação através da internet em tempo real e fluxo contínuo, o estatuto conceitual da notícia suscita considerações de ordem prática para a corporação editorial, inclusive a de saber se os tradicionais produtores do texto jornalístico ainda podem determinar em última análise o que é ou não notícia (SODRÉ, 2009: 23).

O “antídoto”, na proposição do autor, estaria na qualidade da notícia garantida pelo estatuto jornalístico, devendo a imprensa hoje ter a capacidade de complementar as informações, com a produção de um conhecimento de fato mais sistemático. “Jornalista seria, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos” (SODRÉ, 2009: 62).

Bruns (2003) sugeriu uma interessante revisão da teoria dos *Gatekeepers*, que coloca os jornalistas na posição central de mediadores entre a sociedade e os fatos, como os “portões” selecionadores do que é notícia. Nesse cenário de ampla interação e polarização das fontes, essa posição seria alternada, pois o receptor é quem muitas vezes assume a função de levar o fato a conhecimento público. Acontece que o cidadão comum não tem a cautela ou a percepção comercial na determinação do que seja notícia. Aí entra um novo papel para os jornalistas: como os veículos precisam manter a qualidade e, principalmente, a confiança na veracidade da informação, os jornalistas passariam a ser o que o autor chamou de *gatewatchers*, com o fundamental dever de filtrar a informação e republicá-la em contexto específico, dependendo dos interesses do público e do veículo.

Cabe ponderar que nenhuma tecnologia por si só é capaz de modificar as relações sociais. Moretzsohn (2007) reforçou que todas as promessas democratizantes e de participação popular que surgiram junto com a internet dependem ainda de políticas públicas e projetos sociais que se articulem para isso. Se nada mudar na sociedade, o ciberespaço, apesar de todo o seu potencial, continuará a reproduzir as mesmas relações que existem no mundo real. A autora citada alertou para os riscos de uma sociedade onde todos se tornam potenciais produtores de conteúdo. Sem a delimitação de um campo profissional, torna-se difícil atribuir “critérios mais exigentes” que garantam a credibilidade da informação, por exemplo, por meio de um código formal de ética.

## O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação

“Transformar todo cidadão em jornalista não é uma aspiração nova, apesar da novidade do conceito: perde-se na memória a origem da confusão entre o exercício do jornalismo e a liberdade de expressão” (MORETZSOHN, 2007: 272). Nesse momento de descentralização e pulverização de poder, propiciado pela comunicação em rede, fica ainda mais fácil a defesa do “*do it yourself*” (“faça você mesmo”) para o jornalismo. Mas, para a autora supracitada, o “cidadão-digital” permanecerá como fonte para uma imprensa que ainda edita e elabora, peneira a informação, a partir de critérios deontológicos.

Compartilhando da crítica de Moretzsohn, Fidalgo (2009) reafirmou que o jornalismo cidadão retoma a visão da tecnologia como redentora. Ele destacou que, no bom jornalismo tradicional, filtra-se antes de publicar, afere-se a informação sob critérios profissionais e deontológicos, sendo que, no “feito por todos”, primeiro se publica e depois se filtra. “A qualificação específica para se ser jornalista é o domínio de determinadas técnicas de aquisição e averiguação de notícias, de saber contextualizar a informação obtida, e a obediência a determinados princípios éticos para se orientar no terreno conflituoso do espaço mediático, onde concorrem múltiplos interesses” (FIDALGO, 2009: 5). O autor mencionado reforçou que o fato de um cidadão fornecer uma informação, por mais relevante que seja, não o torna um jornalista. A interatividade do meio *on-line* aumentou sobremaneira as possibilidades de participação da sociedade no processo noticioso, participação esta que vem a ser balizada pelos jornalistas.

A informação sempre esteve associada ao espírito crítico, ao ideal emancipador do homem. Contudo, Wolton (2010) alertou que algo está mudando quando todo mundo “vê tudo” quase em “tempo real”, levando a uma banalização da própria informação. Para ele, a internet e a ideologia das redes trouxeram ou intensificaram outros conflitos que refletem na atividade jornalística: a lógica do “furo” é levada ao extremo, onde sair na frente da concorrência se torna a mola propulsora, o motor da circulação das notícias; a *web* dissemina uma cultura de urgência e um voyeurismo, com uma valorização exacerbada de boatos e segredos, espetacularização, promovendo muito mais o entretenimento e a informação descartável em detrimento do jornalismo-serviço. Assim, Wolton (2010) reivindicou a necessidade de um distanciamento crítico e de reflexão para todo esse fenômeno, defendeu o papel dos jornalistas e explicou que a democracia e as tecnologias não eliminam as funções intermediárias, de mediação na sociedade. Ao contrário, os filtros se tornam cada vez mais essenciais. Se, por um lado, o jornalista não tem mais o monopólio da informação, por outro, é ele quem detém o poder de “legitimação da informação-notícia”, em qualquer mídia. E, para o autor, quanto maior o volume de informação acessível, independentemente da

fonte, mais necessária é a figura do profissional capaz de selecionar, hierarquizar, verificar e criticar.

Para o autor em destaque, com a explosão da informação e a facilidade de acesso a ela, o jornalista se encontra numa encruzilhada: ou ele é a testemunha de uma época ultrapassada, em que havia necessidade de intermediários, agora inútil na medida em que cada um se tornaria seu próprio jornalista; ou ele é um dos principais guardiões da liberdade de informação, mantendo-se distante de todos os poderes, funcionando como o avalista da honestidade ou, mesmo, da objetividade tão difícil de atingir, fazendo a triagem num universo afogado em informações, o que só aumenta a necessidade de intermediários e de explicação e contextualização dos acontecimentos (WOLTON, 2010: 73).

### 3. O mundo árabe e algum jornalismo internacional

Desde o 11 de Setembro, quando várias testemunhas registraram por meio de celulares e câmeras pessoais os atentados terroristas em Nova Iorque, o chamado jornalismo cidadão, entendido como a participação das pessoas na divulgação de notícias e informações, tem se destacado, sobretudo pelos meios digitais. Mas não só em grandes eventos, denúncias ou catástrofes. Cada vez mais o cidadão comum, o consumidor de informação procura interagir e interferir diretamente nas notícias que são veiculadas e no modo como os fatos são levados a conhecimento público. Casos recentes na política internacional têm marcado essa relação entre tecnologia e sociedade ou, mais precisamente, entre o cidadão e a circulação de informações.

O Oriente Médio tem se destacado nesse cenário desde as eleições presidenciais no Irã, realizadas em 12 de junho de 2009. O então presidente conservador, Mahmoud Ahmadinejad, foi reeleito no primeiro turno. A oposição se recusou a reconhecer a vitória sob a alegação de fraude e ganhou o apoio da imprensa internacional, especialmente dos Estados Unidos e da Europa. Uma onda de protestos se iniciou na capital Teerã no dia seguinte ao da votação, com forte repressão do aparato militar. No dia 15 de junho daquele ano, uma nota oficial informou à imprensa internacional que ela estava impedida de cobrir qualquer manifestação nas ruas do país sem a autorização do governo<sup>6</sup>. Ocorreram intimidações aos profissionais e jornalistas foram detidos. Em entrevista coletiva, Ahmadinejad acusou a imprensa inter-

<sup>6</sup> Irã adverte a enviados de imprensa internacional que devem deixar o país. *G1*, 15 de junho de 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1194362-5602,00-IRA+ADVERTE+A+ENVIADOS+DE+IMPrensa+INTERNACIONAL+QUE+DEVEM+DEIXAR+O+PAIS.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2009.

**O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação**

nacional de interferir nos assuntos internos do Irã e divulgar uma imagem errônea e negativa da região.

Contudo, *blogs*, redes sociais e *sites* colaborativos começaram a circular, por todo o mundo, imagens e textos, com grande volume e velocidade, tornando-se importante fonte de informação sobre o que estava ocorrendo no Irã. No dia 18 de junho de 2009, a *Times Online*, de Londres, noticiou que o perfil *#iranelection* no *Twitter* registrava naquele dia cerca de 220 mil inserções por hora. No *YouTube*, mais de 3,7 mil vídeos podiam ser localizados até o dia 1º de julho sobre as eleições no Irã, e centenas de comunidades, comentários e imagens eram encontrados sobre o tema no *Orkut*, no *Facebook* e em outras redes sociais (AGNEZ, 2009).

Diante da restrição imposta à imprensa internacional, o repórter Rob Mackey<sup>7</sup>, blogueiro do *The New York Times*, explicou em vídeo como o veículo estava aproveitando o material disponível na *web*, produzido pelos cidadãos comuns (por meio de máquinas fotográficas, filmadoras e celulares), na cobertura dos protestos no Irã. Markey falou sobre a dificuldade de se atestar a veracidade desses relatos e imagens publicados na internet, mas, em alguns casos, seria possível encontrar a mesma imagem (de uma passeata, por exemplo) em diferentes canais, o que comprovaria para o jornal que o fato verdadeiramente ocorreu. Esse parece ser um exemplo do que Bruns (2003) propôs em relação ao novo *gatewatching*.

Foi o ano de 2011 que entrou para a história, marcado pelas revoluções no mundo árabe, que utilizaram intensamente as redes sociais e o chamado jornalismo cidadão. Egito, Tunísia, Líbia e Síria foram palco de intensos protestos nesse ano. Em entrevista concedida ao portal *iG* e publicada no dia 3 de fevereiro de 2011<sup>8</sup>, o especialista em internet Faraz Sanei, pesquisador da organização *Human Rights Watch*, relatou que, no caso do Irã, o governo aprimorou técnicas de monitoramento de cidadãos pela internet desde aos protestos de 2009. Ele contou que a Guarda Revolucionária, força econômica e política de proteção ao regime de Ahmadinejad, teria um “exército virtual” capaz de tornar conexões mais lentas, bloquear e até tirar do ar *sites* considerados imorais, por

exemplo, ou até mesmo utilizar a ferramenta para punir dissidentes. Indivíduos seriam monitorados pelas redes sociais e, muitas vezes, acabavam perseguidos, presos e processados por crimes contra a segurança nacional.

A mesma reportagem também destacou o caso da Tunísia, primeiro país a ter seu regime contestado pelas rebeliões no mundo árabe, onde a população jovem, insatisfeita com as condições de vida (preço dos alimentos e altas taxas de desemprego, dentre outros aspectos), passou a utilizar, sobretudo, a internet para organizar protestos e fazer repercuir ações.

Um dos estopins dos protestos na Tunísia foi a divulgação de um vídeo no qual um vendedor imola-se na cidade de Sidi Bouzid, em protesto contra o confisco de suas mercadorias por policiais. Filmado por tunisianos que estavam no local munidos de seus telefones celulares, o vídeo foi publicado no *YouTube*, compartilhado em redes sociais e transmitido pela emissora *Al-Jazeera*, alcançando grande número de espectadores árabes e, depois, ganhando o noticiário internacional. Sem a liderança de um partido ou organização específica, milhares se revoltaram contra o governo (PÉCORA, 2011).

Logo em seguida, foi a vez de o Egito ter seu governo deposto após intensa manifestação popular nas ruas e por meio das tecnologias digitais. Uma das primeiras decisões da cúpula do ditador Hosni Mubarak foi o corte dos serviços de telefonia e dos provedores de internet por vários dias, numa tentativa de enfraquecer o movimento. Diante disso, os egípcios passaram a usar aparelhos de fax e de rádio para fazer informações circularem em todo o mundo sobre o que acontecia na região. Acompanhando rapidamente a movimentação, o *Google* chegou a desenvolver uma ferramenta especial com a qual a população publicava conteúdo no *Twitter* por meio de mensagens de voz.

Em regiões de baixo índice de liberdade de imprensa, fica mais evidente a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) por parte da população e dos movimentos sociais. A imprensa internacional, muitas vezes sem liberdade de acesso a esses países ou com atuação restrita, seja por questões governamentais ou diplomáticas, seja de infraestrutura, acaba tendo, na difusão de imagens e informações por parte dos cidadãos, a única forma de acesso aos acontecimentos. Assim como no caso dos protestos do Irã em 2009, no mais recente governo deposto da Líbia, os jornalistas atuaram muito mais em sua função de *gatewatchers*, seguindo o que circulava pela internet ou tendo acesso a imagens gravadas por milicianos e cidadãos, do que propriamente testemunhando em campo. O Oriente Médio protagoniza também outro fenômeno: uma rede de televisão local, a *Al-Jazeera*, com base no Qatar (um dos países com maior abertura econômica), tem se

<sup>7</sup> NYT aposta no “jornalismo cidadão” para obter imagens do Irã. *UOL Notícia*, 23 de junho de 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/multi/2009/06/23/04023862C4C94346.jhtm?nyt-aposta-no-jornalismo-cidadao-para-obter-imagens-do-ira-04023862C4C94346>>. Acesso em: 24 de junho de 2009.

<sup>8</sup> Internet favorece mobilização apartidária em regimes fechados. *iG*, 3 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/internet+favorece+mobilizacao+apartidaria+em+regimes+fechados/n1237980857841.html>>

## O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação

tornado uma importante fonte de informações e imagens da região, que também utiliza a rede mundial de computadores para fazer os seus vídeos circularem, dando voz a esse mundo árabe e propagando uma visão local.

As próprias agências internacionais, vinculadas aos países hegemônicos (a americana *Associated Press*, a inglesa *Reuters* e a francesa *AFP*, para destacar as maiores), que durante muito tempo foram responsáveis pela quase totalidade da circulação das informações internacionais (UNESCO, 1980; BOYD-BARRETT, 2010), utilizam imagens fornecidas pela *Al-Jazeera* ou pelo jornalismo cidadão para vender serviços noticiosos. A multiplicidade de fontes, ao mesmo tempo que torna possível a existência de imagens de fatos históricos e grandes movimentos sociais, coloca em discussão a questão da veracidade e da credibilidade desses materiais. Se, por um lado, isso pode representar um jornalismo mais barato, com cidadãos testemunhando e registrando tais acontecimentos, por outro, aparece como um desafio para os meios de comunicação no que se refere à apuração e à comprovação de autenticidade.

O jornalista Timothy Ash, em artigo publicado no final de 2010, no *Observatório da Imprensa*, apontou três características essenciais que diferem a cobertura realizada por um jornalista na situação de correspondente, dos cidadãos que realizam esse tipo de “cobertura” de determinados acontecimentos. Segundo ele, algumas características do profissional precisam ser preservadas: “testemunhar” (ver e acompanhar, de modo independente, eventos, pessoas e circunstâncias), “decifrar” (contextualizar e explicar os fatos) e “interpretar” (o que o fato representa, num quadro comparativo e histórico mais amplo). Sobre testemunhar, Ash (2010) destacou que há uma variedade muito grande de maneiras de fazer isso na atualidade, decorrente do desenvolvimento tecnológico (câmeras digitais, celular, *laptops*, internet móvel etc.), dentre os quais se destacam as testemunhas oculares e amadoras (não jornalistas), que relatam o que presenciaram por meio de *blogs* e redes sociais. Mas isso não substitui o que é exercido pelo correspondente. “O perigo reside em fazer uma separação muito rígida entre o intérprete e a testemunha. Por mais que se tenha milhares de filmagens, *blogs* e transcrições *on-line*, nada se compara a [o jornalista] estar lá” (ASH, 2010).

### 4. Na guerra e na internet vale tudo?

No recente movimento revolucionário na Líbia, que resultou na morte do ditador Muammar Kadafi, a notícia circulou primeiro por meio das tais “testemunhas oculares”. As fortes imagens, que mostram um homem sendo preso, agredido, sangrando e implorando clemência, assim como os posteriores registros do corpo morto, cravejado de balas, foram

reproduzidas na internet. Mas não ficaram restritos às redes sociais: foram amplamente veiculadas por agências de notícias, portais de grandes grupos de comunicação, veículos impressos e canais de televisão. Levantaram-se aqui algumas reflexões sobre as implicações éticas desse fato.

Em princípio, cabe ressaltar que a deontologia corresponde a um conjunto de valores e de princípios fixados internamente por uma atividade profissional, diferentemente do direito, que abrange regras e leis de caráter restritivo e/ou punitivo, definidos fora da esfera profissional (MAIA, 2009). À deontologia não compete a fixação de leis relacionadas à totalidade dos casos de comportamento profissional, mas sim a discussão para a definição de normas antes mesmo do legislador, especialmente nas situações que são novas ou mutantes, como é o caso das tecnologias digitais.

Além das regras e normas de comportamento, a deontologia incorpora também os princípios e a missão de um grupo profissional. As três séries de obrigação dos profissionais da imprensa são, segundo Henri Pigeat (1997: 87-88) a moral, a qualidade da informação e a técnica. No jornalismo, ser honesto, leal, justo e imparcial, corroborar com a liberdade, a verdade e a justiça fazem parte das normas morais. Formar o público e contribuir com o debate público e o interesse do público fazem parte das exigências da missão profissional e da procura da qualidade. As práticas profissionais, como as condições de produção, de verificação e de difusão das informações, correspondem ao nível da intervenção das técnicas. Não obstante, vários autores prescrevem que a obediência das regras deontológicas, do dever, ligadas aos métodos de trabalho profissional, como a verificar as fontes de informação, a obrigação de dizer a verdade, a transmissão fiel (ou honesta) da realidade, se revela insuficiente para preencher as obrigações deontológicas (MAIA, 2009).

Enquanto não houver uma reflexão interna ao campo profissional do jornalismo, caberá às decisões individuais ou de corporação a forma como as imagens e informações produzidas pelos indivíduos serão utilizadas pelo jornalismo. Sobre a intensa exploração das imagens de Kadafi, foram levantadas algumas hipóteses, indicadas na sequência.

A “baixa qualidade das imagens”, produzidas por celulares e câmeras amadoras, poderia servir como justificativa para a exibição delas pelos veículos de comunicação. A pouca nitidez, associada à importância do fato, compensaria a exibição de cenas violentas ou chocantes. Outra questão: como tais coberturas são frutos da cooperação entre profissionais (jornalistas) e amadores (cidadãos), numa relação definida como *Pro-am* (ANDERSON, 2006), isso eximiria o jornalista da responsabilidade pelas filmagens ou, ao menos, dividiria com o público essa responsabilidade. Mas, se a captação e circulação de tais cenas parte da sociedade, a

**O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação**

veiculação em massa por um meio de comunicação ainda passa por filtro, seleção e aferição de autenticidade de um profissional. Moretzsohn (2009) destacou o quanto todas essas variáveis têm complexificado a atividade jornalística.

No entanto, é claro que dois problemas se colocam diante da nova realidade: primeiro, a maior complexidade da atividade jornalística, considerando a dificuldade de confirmação das informações, dados o ritmo cada vez mais intenso do trabalho e a multiplicidade de fontes – muitas delas anônimas, ou de identidade duvidosa – a “comunicar” instantaneamente na rede; segundo, a perda do controle, tradicionalmente exercido pelo jornalismo, relativamente ao que deveria e poderia ser tornado público. E isto representa um problema ético inédito para a sociedade (MORETZSOHN, 2009: 5-6).

Outra hipótese é a de que as “imagens e informações já circulariam” de todo modo pela *web*, o jornalismo estaria apenas seguindo o sucesso em relação aos acessos a esse material. Ou seja, mesmo que haja um consenso entre os jornalistas sobre o que é correto publicar (sendo a informação verdadeira ou, mais que isso, conveniente ou prudente), tal fato não impediria que circulasse por outros meios. “Significa dizer que a informação produzirá efeitos, ainda que não os mesmos, nem na mesma intensidade, que produziria se os jornais de referência lhe atestassem credibilidade” (MORETZSOHN, 2009: 9). Trata-se de admitir que ninguém regula a internet e, em certa medida, por razão disso, o mesmo se aplicaria aos meios de comunicação tradicionais.

Moretzsohn (2009) também ressaltou que se vive um momento em que a excitação é permanente e os indivíduos estão diante de uma geração narcisista e hedonista, que cresceu “vendo tudo”, na base do “quando eu quero”, propiciado, sobretudo, pelas novas tecnologias. É o “voyeurismo” do qual também falou Wolton (2010). Vive-se num mundo extremamente visual, onde o apelo das imagens perpassa as relações sociais em grande medida. Seja na ótica da sociedade do espetáculo, de Guy Debord (1992), ao compreender que as relações em sociedade passam por um processo intenso de mercantilização das imagens, seja pela visão do “grande irmão” de George Orwell (1983), as pessoas estão diante de uma vigília permanente, em busca do melhor ângulo, do registro de tudo.

Isso pode ser representado por outro episódio da história recente: a morte do líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. A não divulgação de imagens de seu corpo gerou especulações sobre as condições da captura e, até mesmo, acerca da veracidade da informação referente à morte. Anos antes, ao contrário, a prisão e o julgamento público do também ditador iraquiano Saddam Hussein, por um tribunal internacional, possibilitaram que pessoas do mundo inteiro acompanhassem a execução. Mas em quantos momentos da história isso foi possível? Ninguém assistiu, por exemplo, às

condições em que o guerrilheiro Che Guevara foi detido e assassinado, dentre tantos outros personagens, para ficar apenas na história moderna.

Por fim, uma última hipótese: ser um ditador, responsável por anos de repressão em seu país, quase sempre violenta, tornou Kadafi um “morto desejado”? Ou seja, desperta certo “sadismo” expor seu sofrimento e justifica o registro e a exposição das imagens? Sem poder debater neste espaço os processos psíquicos e sociais, não se analisa a forma como a população extravasou seu sentimento, e sim de que maneira o jornalismo se apropriou disso, com reflexos diretos na sociedade. “Ora, discutir ética significa exatamente discutir o estabelecimento de limites. Entretanto, na era da “nova mídia”, em que (em tese) qualquer um pode dispor de uma ferramenta para comunicar em escala infinita, a discussão sobre ética ultrapassa largamente o âmbito da prática jornalística” (MORETZSOHN, 2009: 11).

Costa (2009) retomou o tema de que o jornalista deixou de ser o principal mediador das informações, principalmente pelo desenvolvimento da tecnologia que tornou a comunicação um processo interativo e multidirecional, participativo. As manifestações, individuais ou coletivas, sobressaem na mídia sem depender do jornalista, apesar de ele “continuar representando as diferentes representações e continuar a defender o uso de meios moralmente condenáveis na busca da informação que ele considere de interesse público” (COSTA, 2009). O referido autor ainda alertou que o modelo de cooperação e compartilhamento que a *web* propicia desafiar o modelo clássico da indústria cultural, ou seja, da produção de bens simbólicos em escala industrial. Nessa lógica, as empresas de comunicação não detêm mais o monopólio de decidir sozinhas o que é moralmente aceitável para publicação, seja como informação, seja como entretenimento.

[...] as novas mídias somam idealmente preocupações éticas (normativas) às que já existiam em relação à própria mídia e trazem novos problemas por conta da sua extensão, simultaneidade e possibilidade de unir numa mesma plataforma de comunicação as linguagens da comunicação (texto + imagem + voz, além do movimento) e acrescentar a interatividade, seu maior diferencial. A nova realidade introduziu uma complexidade ética à (*sic*) qual o mercado e as instituições ainda não deram conta (COSTA, 2009).

A proliferação de conteúdos que daí decorre é assimétrica e a audiência, fragmentada. “As fronteiras clássicas da cadeia de comunicação são continuamente desafiadas e até os ‘valores’ de mercado na indústria da comunicação se deslocaram. A captura e a própria manutenção do controle da informação tornou-se crítica para essa indústria” (COSTA, 2009). Assim, para o indivíduo que captou e circulou um vídeo que será o próximo sucesso da internet, é relativa a

## O ditador e o jornalismo: um estudo sobre o jornalismo cidadão e o papel da imprensa em situações de baixa liberdade de informação

legalidade do ato, pois a internet esfacelou a forma tradicional de se entender o que é ou não legal. Para o jornalismo, restam as armadilhas de também ver princípios deontológicos

serem desmantelados, ao ponto de que a discussão sobre o que é ético publicar ou não publicar caia em desuso.

### 6. Referências

- AGNEZ, Luciane F. Consumo da informação na sociedade contemporânea. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM. *Anais...* Curitiba: Intercom/ Universidade Positivo, 2009.
- ANDERSON, Cris. *A cauda longa*. Do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.
- ASH, Timothy Garton. Correspondente em extinção. *Observatório da Imprensa*, edição 621, São Paulo, 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.observatorio.daimprensa.com.br/news/view/correspondente-em-extincao>>. Acesso em: 1º de junho de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOYD-BARRETT, Oliver (ed.). *News agencies in the turbulent era of the Internet*. Barcelona: Government of Catalonia, 2010.
- BRUNS, Axel. Gatewatching, not gatekeeping: collaborative online news. *Media International Australia Culture and Policy: quarterly journal of media research and resources*, n. 107, p. 31-44, 2003. Disponível em <<http://eprints.qut.edu.au/189/>>. Acesso em: 13 de abril de 2009.
- COSTA, Caio Túlio. Moral provisória 2.0. Artigos, 2009. Disponível em: <<http://caiotulio.com/moral-provisoria-2-0/>>. Acesso em: 28 de novembro de 2011.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1992
- FIDALGO, António. Especificidade epistemológica do jornalismo. Desfazendo uma ilusão do jornalismo cidadão. In: CARDOSO, Gustavo; CÁDIMA, Francisco Rui & CARDOSO, Luís Landerset (orgs.). *Media, redes e comunicação*. Lisboa: Obercom, 2009.
- LEMONS, André. Anjos interativos e retribalização do mundo. Sobre interatividade e interfaces digitais. *Tendências XXI*, v. 2, p. 19-29, Lisboa, 1997. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemons/interativo.pdf>>. Acesso em: 29 de junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MAIA, Kênia. Ética, moral e deontologia. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Notas de aula. Mimeografado.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- \_\_\_\_\_. As encruzilhadas da ética em tempos de “nova mídia”. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. *Anais...* São Paulo: SBPJor/ECA/USP, 2009.
- ORWELL, George. *Nineteen eighty-four*. Harlow Longman, 1983.
- PÉCORA, Luisa. Internet favorece mobilização apartidária em regimes fechados. iG, *Último Segundo*, São Paulo, 3 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/internet+favorece+mobilizacao+apartidaria+em+regimes+fechados/n1237980857841.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*. Notas para uma teoria do acontecimento. PetrópolisVozes, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as mídias são como são*. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- UNITED NATION EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. *Many voices, one world: towards a new more just and more efficient world information and communication orders*. Paris/London: Unesco/Kogan Page, 1980.
- WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010.